



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO

Travessias por uma História Oral Feminista: gênero em histórias de vida de mulheres

Crossings through a Feminist Oral History: Gender in Women's Life Stories

Vanessa Generoso Paes¹

Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky²

RESUMO

Este artigo articula reflexões sobre a relação entre a prática da história oral como um mecanismo que possibilita um percurso de autorreferenciação para os sujeitos e sujeitas inseridos em processos de pesquisa a partir da perspectiva de gênero, ao atribuir novos significados que os sujeitos constroem sobre os seus corpos, experiências, memórias e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral Feminista. Gênero. História das Mulheres.

ABSTRACT

This article articulates reflections on the relationship between the practice of oral history and its potential as a mechanism that enables processes of self-referentiality among research participants from a gender perspective, as it ascribes new meanings to the ways in which individuals construct understandings of their bodies, experiences, memories, and sexuality.

KEYWORDS: Feminist Oral History, Gender, Women's History.

* * *

Introdução

Este artigo resulta das reflexões de duas professoras e pesquisadoras que, há alguns anos, trabalham com a História Oral e a história das mulheres. Buscamos analisar o trabalho com a história das mulheres e as relações de gênero a partir de duas narrativas de história oral, construídas em

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta 1 do colegiado de História da Universidade Federal do Acre e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História da UFAC. E-mail: vanessa.paes@ufac.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3873-4539>

² Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do ABC. E-mail: andrea.santos.andreapaula@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5394-8415>

temporalidades distintas. O objetivo é compreender o trajeto assumido por ambas as historiadoras na crítica à sociedade patriarcal e ao machismo hegemônico, especialmente em sociedades que vivenciaram processos coloniais de poder, saber e fazer (Quijano, 2005).

Percebe-se que as mulheres entrevistadas tecem análises de suas trajetórias e de seus percursos de autorreferenciação, a partir de experiências subjetivas e em diálogo com as pesquisadoras. É comum, no ato da entrevista, que as narradoras tomem consciência de suas escolhas, ações e percursos de existência.

Neste sentido, a história oral, com suas múltiplas perspectivas, constitui-se como um trabalho de pesquisa colaborativo, realizado a partir de um recorte do tempo presente, que amplia a consciência sobre o passado (Tedeschi, 2014). A memória construída nessa relação entre sujeitos cognoscentes não apenas ampliou as concepções sobre a História, mas também estabeleceu uma trama essencial sobre a relação entre memória individual e coletiva para a construção da realidade histórica.

A memória constitui uma dimensão viva da história. Conforme Tedeschi (2014, p.14) afirma: “Não há futuro para a história das mulheres sem um permanente exercício arqueológico da memória, porque sem ela não se pode construir nem resguardar a identidade.” Reconhecemos que a memória é incompleta, falha, mediada por elaborações, reinterpretações e atravessada por subjetividades.

À medida que esses sujeitos invisibilizados passaram a deixar seus rastros e marcas de memória, a historiografia marcadamente eurocentrada e cisheteronormativa foi atravessada por suas vozes e presenças. Conforme Joana Pedro (2005) aponta, esses sujeitos entraram para a cena da História e, nesse processo, a História tornou-se um campo de disputa, onde historiadoras e historiadores ergueram suas bandeiras para tornar visível os “excluídos da história”.

Embora a história das mulheres seja considerada um divisor de águas na historiografia, a perspectiva dos estudos de gênero (Scott, 2024) trouxe para o

Brasil a complexa trama das relações de poder que permeiam a cultura, a economia, o simbólico e a subjetividade humana. Essa abordagem (que inclui homens, mulheres e as vozes LGBTQIAPN+) buscou recuperar “a singularidade e a arbitrariedade dos arranjos e estratégias usados em diferentes épocas para ditar o que poderia ser dito ou não em relação às mulheres”.

A partir do momento que esses sujeitos e sujeitas invisibilizados da história passaram a deixar seus rastros, suas marcas de memória, a historiografia marcadamente eurocentrada e cisheteronormativa foi atravessada pelas vozes e presenças desses sujeitos/sujeitas e passaram a, como apontou a historiadora Joana Pedro (2005), a entrarem para a cena da História. A história tornou-se um campo de batalha, e as historiadoras, historiadores passaram a erguer as suas bandeiras para tornar visível os “excluídos da história”.

Deste modo, este trabalho dialoga com os caminhos trilhados por ambas as autoras para se firmarem como pesquisadoras do campo de gênero, ao passo que outras mulheres travavam batalhas para serem reconhecidas como sujeitas de saberes e de direitos. Isso se dá na construção de uma história oral feminista, produzida por mulheres que aprenderam a escutar outras mulheres, trazendo suas vozes para a cena histórica.

Portanto, o artigo busca entrelaçar os caminhos da pesquisa com a história oral e a encruzilhada da história de duas mulheres em seus trajetos de autoconhecimento no campo das relações de gênero.

Por uma história oral feminista: gênero e história de vida de mulheres

Escutar, compreender, dialogar são verbos que comprometem quem opta por realizar pesquisas a partir dos procedimentos da história oral. Ao longo dos anos como estudantes, pesquisadoras e educadoras – e em nossa atuação junto ao Núcleo de Estudos em História Oral da USP, na Rede NEHO e nas universidades públicas onde trabalhamos – temos ouvido mulheres e mulheres trans. Paralelamente, lutamos diariamente para sermos escutadas e compreendidas, seja no ambiente familiar, profissional ou educacional. Em meio aos estudos e práticas em história oral, percorremos inúmeras travessias, aprendendo sobre gênero, afirmando-nos como historiadoras feministas, falando francamente e

registrando todas as histórias possíveis de forma ética e comprometida. Assim, criamos, a partir da prática cotidiana, uma História Oral feminista. Em nossa trajetória no campo de gênero e história oral, identificamos que a “escuta e a fala franca” constituem um movimento dialético de alargamento da compreensão sobre o presente e sobre os sujeitos (Paes, 2011, 2018; Santos, 1996, 1998; Kamensky et al., 2016; Salles, Kamensky, 2021).

Esses mecanismos dilatam o entendimento por meio da reflexão, análise e crítica dos processos invisibilizados e esquecidos pela sociedade. Isso inclui as singularidades envolvidas nas histórias das pessoas que entrevistamos e, também, em nossas próprias vidas. Desse modo, a escuta e a fala franca possibilitam um deslocamento na tomada de consciência sobre temas apreendidos em uma temporalidade que articula passado, presente e projeções de futuro. No interior desse debate, buscamos entrevistar e analisar nossos agenciamentos políticos feministas a partir da oralidade. É no cerne desse espaço que a memória estabelece sua dimensão política e se conecta à esfera pública ao articular reflexões sobre o reconhecimento das histórias subalternas, em sociedades marcadas por profundas desigualdades (Spivak, 2014). Tal processo pode transformar a história e a vida das pessoas, em especial a de nós, mulheres, configurando-se como uma prática feminista de produção de conhecimentos históricos e compartilhados no presente.

O dizer-se constitui um mecanismo de autoconhecimento, de reflexão e de posicionamento. É o campo de agenciamento insubstituível das pessoas que expõem suas histórias de vida e de tomada de consciência frente à realidade. A fala, tornada discurso, é um dispositivo que estabelece um acordo tácito sobre uma troca, configurando um campo de agência insubstituível das mulheres (colaboradoras das pesquisas). Elas materializam seus processos de subjetivação em visões de mundo, numa relação intersubjetiva com as pesquisadoras que escutam suas histórias de vida.

Nesse contexto, podemos apontar que a oralidade também é um campo performático de empoderamento dos sujeitos e de construção de processos democráticos em torno da história das pessoas (Foucault, 2010; Butler, 2015;

Zumthor, 2015). Isso é especialmente relevante quando se trata da história de grupos historicamente excluídos e marginalizados, como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, migrantes, imigrantes, trabalhadoras e pobres. Nessas pesquisas, discutimos e problematizamos as relações de gênero e suas abordagens diante do enfrentamento das desigualdades na sociedade patriarcal pelas mulheres, debatendo desde movimentos migratórios até questões relacionadas à sexualidade. A ideia é escutar, dialogar e compreender como as mulheres se manifestam perante contextos históricos de transformações sociais, culturais e políticas, em relação aos seus processos migratórios, profissionais, educativos e familiares.

Memória e identidade na História oral

Ao trabalhar com entrevistas, concebidas como fontes orais, consideramos dois pontos iniciais: primeiro, a construção e desconstrução de memórias; e, segundo, a construção e análise de processos identitários e de pertencimento dos sujeitos.

O conceito clássico de memória, apresentado inicialmente pelo historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, remete a Maurice Halbwachs, que, já na década de 1930, pontuou que a memória é um objeto de constante negociação, sendo fundamental para a construção da identidade de um determinado grupo (Halbwachs, 2006). O historiador e oralista José Carlos Sebe Bom Meihy (2018) mostrou como essas definições sobre memória coletiva influenciaram pesquisadoras em psicologia social, como Ecléa Bosi que, em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, tratava a memória como a possibilidade de se contar toda a história esquecida de grupos excluídos em uma época, e também como fator organizador de coletividades de pesquisadoras e pessoas entrevistadas em comunidades de destino (Bosi, 1994; Santos, 1996).

Aprendemos também que, por serem mutáveis, performáticas, em movimento e em negociação permanentes, as múltiplas identidades e memórias permitem a existência da diversidade na história de pessoas ou grupos, o que

possibilita compreender as próprias dinâmicas de uma sociedade complexa (Hall, 2006; Meihy, 2018). Quando correlacionamos os processos de construção de memória à categoria de gênero, observamos aproximações quanto às identificações e ressignificações permanentes das identidades de gênero, sexualidade e dos corpos. Desse modo, é possível desnaturalizar as premissas presentes no patriarcado, de rigidez e fixação de gêneros binários e da heteronormatividade como único padrão de comportamento aceitável (Butler, 2000, 2003).

Gênero, feminismo e história oral feminista

Antes que o gênero se sedimentasse como um campo de análise dos processos relacionais entre as pessoas, os feminismos já assinalavam a igualdade e a equidade de gênero como um questionamento às causas e à reprodução da dominação masculina na sociedade. Foi por meio da prática da história oral que chegamos às histórias das mulheres e ao feminismo e, por fim, a uma história oral feminista.

Nosso orientador, José Carlos Sebe Bom Meihy, um dos precursores que pautou a História Oral na academia nas disciplinas que ministrava no Departamento de História da FFLCH/USP (Meihy, 1996, 2018), trouxe, de início, os testemunhos dos exilados, imigrantes forçados por enfrentarem a ditadura, e, sobretudo, a *Memória das mulheres no Exílio* (Cavalcanti, Ramos, 1978; Costa, Moraes, Marzola, Lima, 1980), bem como a história das mulheres negras e indígenas na América Latina e suas lutas em comum por sobrevivência no Brasil, na Bolívia, na República Dominicana e na Guatemala (Jesus, 1993; Viezzer, 1982, 1990; Burgos, 1985).

Esses trabalhos com entrevistas emergem em um contexto internacional de lutas dos movimentos sociais por democracia e de efervescência feminista em torno do conceito de gênero, na virada da década de 1970 para 1980. Destacava-se então a historiadora estadunidense Joan Scott, afirmando que a noção de gênero parte de matrizes relacionais entre homem e mulher, recusando, logo de início, a anatomia feminina ou um discurso pautado na natureza como seu fim último ou

como explicação das diferenças entre os sexos (Scott, 1995). Assim, a ideia de gênero surgiu como um “sistema de organização social, onde não havia ninguém fora disso” – um sistema repleto de desigualdades, “binário, hierarquicamente arranjado” (Scott, 2012, p. 333).

O Dilema Epistemológico e a Crítica à Identidade Fixa

Outra premissa fundamental dessa área de estudos é o dilema epistemológico e historiográfico referente às lutas feministas e às construções dos sujeitos. Nesse sentido, quando Joan Wallach Scott (2024) apontou que os feminismos possuem um núcleo contraditório, referia-se à prerrogativa de recusa da diferença sexual como estrutura inquestionável.

Os discursos pautados nos feminismos, ou suas bandeiras de lutas, relacionavam-se às demandas das “mulheres” enquanto vetor da diferença sexual e eixo pelo qual o movimento feminista aglutina denúncias e desigualdades sociais. É importante apontar que a binariedade construída histórica e socialmente é, também, inseparável das relações de poder naturalizadas nas relações sociais e nos corpos das pessoas, em seus imaginários, ideologias, fantasias e pertencimentos (Oliveira, 2024, p. 10).

Outra ideia que é muito cara ao campo de estudos de gênero é a problematização dos papéis e normas sociais de homens e mulheres no tempo e no espaço. A historiadora Maria da Glória Oliveira (2025) aponta que apenas pretender “dar voz às mulheres” e retirá-las do esquecimento da história destoa e não resolve as ausências historiográficas. É mais do que necessário estabelecer essa escuta e essa crítica à historiografia oficial, sem perder a ideia que orientou a luta feminista e os estudos de gênero enquanto campo de produção científica, que é a crítica aos meios e aos “efeitos da própria construção de identidades previamente fixadas das mulheres como sujeitos históricos.”

Sem desconsiderar sua função política estratégica nas lutas sociais, Scott argumenta que: “ficar satisfeito com qualquer identidade – mesmo com aquela que ajudamos a produzir – é desistir do trabalho de crítica e isso vale para a nossa identidade, tanto como historiadoras quanto como feministas” (Oliveira, 2025, p. 11). Essa premissa aponta o caráter ambíguo das construções

identitárias, das fantasias históricas, dos projetos ideológicos de poder, das contradições, vazios, descontinuidades, silenciamentos e diferenças nas relações que os diferentes sujeitos estabelecem com os seus tempos e no seu espaço social.

Gênero como categoria relacional e interseccional

A partir da crítica aos postulados que tentam igualar a anatomia corporal às identificações de gênero, Joan Scott e outras intelectuais feministas apresentaram os problemas em se equiparar sexo/gênero como categorias equivalentes. As noções de gênero dizem respeito não apenas à maneira como homens e mulheres atribuem significados às suas relações, mas são também categorias construídas histórica e socialmente, a partir de diferenciados contextos políticos e sociais.

Igualmente, cabe aos pesquisadores desse campo compreender e analisar como as pessoas estabelecem suas identidades a partir das noções de pertencimento, papéis sociais e orientações sexuais específicas. Portanto, a plataforma de estudos sobre gênero lançou um desafio que se efetiva não apenas na análise das relações entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também na ligação entre o passado e as práticas atuais, do presente: como a ideia de gênero articula/desarticula as relações sociais humanas?

A questão de gênero foi introduzida aos debates acadêmicos e nas lutas políticas femininas não apenas para substituir ou recontar a história das mulheres, mas sim para mostrar que não é possível compreender os silenciamentos atribuídos a nós, mulheres, ao longo dos séculos sem entender o fio dialógico de nossa história junto aos que se definem como homens e heterossexuais ou em relação com outras identidades de gênero e de orientação sexual plurais que perpassam toda a esfera social.

Além de gênero ser uma categoria relacional, seus usos rejeitam as matrizes biológicas, negando aspectos de uma pretensa “inferioridade feminina” sedimentadas na força muscular masculina ou em fatores que isolam as mulheres em papéis relacionados à maternidade, ao cuidado, ao lar. Assim, os debates acerca de gênero também buscam analisar posições ideológicas que restringem o feminino ao espaço privado da casa, analisando que o foco do problema não está

na questão da maternidade ou no caráter doméstico dos papéis sociais atribuídos à mulher (Paterman, 2013), mas na sociedade patriarcal, capitalista e racializada.

Nesse sentido, a perspectiva da interseccionalidade, também presente no debate desde a década de 1960 no auge da luta nos Estados Unidos do movimento negro pelos direitos civis, transformou o debate sobre gênero ao correlacionar este com relações étnico-raciais e condições socioeconômicas, emergindo um pensamento feminista negro, indígena e decolonial (Crenshaw, 2002, 2012; Davis, 2016; Collins, 2017; Hooks, 2018, 2019, 2020).

O conceito de gênero recai sobre aspectos de “construções sociais”. Seria uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Rago, 1998). Os usos e abusos do gênero, de acordo com Scott, possibilitam entender as relações que podem incluir o sexo, mas que não determinam a sexualidade escolhida pelas pessoas. Scott afirma que “gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de política” (Scott, 2012, p. 337).

O gênero está intimamente atrelado à esfera histórica e social da constituição dos sujeitos. Assim, percebemos que tal categoria é evocada quando nos deparamos com conflitos não solucionados ou com problemáticas abertas a muitas definições. Quando acrescentamos outras noções de sexualidade a corpos vistos como indeterminados — como os corpos de travestis e transexuais —, estamos nos valendo da ideia de gênero como “prática social e cultural”, em uma tentativa de atribuir sentidos a corpos anatômicos masculinos e femininos que não possuem um sentido preestabelecido.

A construção do relato oral, a partir das memórias e das relações que as pessoas estabelecem sobre suas experiências, parte da premissa de que os corpos são atravessados pela linguagem, pelas construções discursivas que as pessoas passam a agenciar no percurso de suas trajetórias. Isso nos aponta para as estratégias e táticas, hoje institucionalizadas, das identidades sexuais e de gênero.

Tanto na família quanto na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade. Essa pedagogia legitima determinadas identidades e práticas sexuais, enquanto reprime e marginaliza outras. Há algum tempo sabemos que a mídia, a igreja, a família, dentre outras instituições sociais, praticam essa pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de pessoas, seja produzindo discursos distantes da realidade vivida e contraditórios (Louro, 2000, p. 21).

Para compreendermos essas questões, trazemos a análise de duas entrevistas com mulheres: a primeira de uma imigrante que narrou sua experiência de imigração atrelada a questões de gênero, e a segunda, de uma professora transexual que trabalha na rede estadual de ensino da cidade de São Paulo.

Essas experiências são fundamentais para escutarmos e compreendermos como as questões de gênero são performatizadas, constituindo-se em processos de subjetivação críticos da sociedade patriarcal, colonialista e capitalista (Butler, 2003; Deleuze, 1992; Guattari, 1992; Foucault, 2010; Deleuze, Guattari, 2011, 2012) e como se apresentam no cotidiano pela oralidade.

Deste modo, nos perguntamos: como essa costura de procedimentos de pesquisa acontece em trabalhos com imigração e educação? Para tanto, analisaremos trechos de entrevistas que realizamos, buscando abrir caminhos para novas esferas de entendimento dos processos de subjetivação acessadas pelas narrativas em história oral.

O trecho da entrevista a seguir é da migrante e mulher boliviana Jenny Areco e está atrelada à dissertação de mestrado em História Social na USP. Essa dissertação (Paes, 2011) contempla 27 entrevistas, sendo 17 delas no Brasil e 10 na Bolívia, realizadas entre 2008 e 2011. A entrevista de Jenny Areco foi realizada no bairro do Brás, São Paulo, e, à época, ela trabalhava numa loja na rua Celso Garcia. Anteriormente, também havia trabalhado em uma oficina de costura, mas saiu por não ter se adaptado ao regime de trabalho e às coações que permeavam tal setor produtivo. Ela era casada e desejava continuar seus

estudos, trabalhar na área de Direito e seguir com seu projeto de vida no Brasil e na Bolívia.

Meu nome é Jenny Areco, tenho 26 anos e nasci em La Paz. A minha vida na Bolívia era muito mais tranquila: estudava, trabalhava, gostava de passear. E foram por variadas razões, algumas que ainda não sei explicar, que vim parar no Brasil. Uma das razões é que me casei com um rapaz que é filho de boliviano e sua família é dona de uma oficina de costura na cidade de São Paulo... (Entrevista de Jenny Areco *apud* PAES, 2011, pp. 464-465)

Jenny narra como a imigração das mulheres é, muitas vezes, definida pelas ligações com determinados grupos étnico-raciais e por relações de parentesco, sobretudo o casamento. Sua experiência reforça a importância de se documentar e estudar a interseccionalidade entre gênero e raça/etnia na América Latina. Essa perspectiva já foi defendida por diversas autoras feministas que analisaram, principalmente, a situação histórica de preconceitos e discriminações de mulheres negras (Crenshaw, 2002, 2012; Collins, 2017; Hooks, 2018, 2019, 2020). Além disso, Jenny também destacou a relevância dos estudos em sua vida:

Sou a filha mais nova de uma família de cinco irmãos. Estudei em uma escola pública e, no final do ensino médio, fiz um curso privado de advocacia. Nesse período de estudos a minha mãe faleceu e resolvi que iria cursar faculdade de Direito. Fiz o curso em cinco anos, terminei no final de 2006. Ainda não me considero uma pessoa pronta, desejo muito dar continuidade a minha formação no Brasil, estudar e realizar novos cursos. Atualmente estou casada e quero ser feliz! (Entrevista de Jenny Areco *apud* PAES, 2011, pp. 464-465)

É a visão de mundo que Jenny construiu — a partir de seus estudos na área do Direito e de suas experiências como mulher imigrante entre Bolívia e Brasil — que a possibilita falar criticamente sobre o machismo e suas ligações com a organização familiar e as influências religiosas:

Passsei a minha infância na cidade de La Paz, onde fui criada por uma família de classe média. Era muito complicado estudar na Bolívia porque as pessoas não têm auxílios do governo para estudarem. Não é como no Brasil, onde você pode realizar vários cursos gratuitos e alguns ainda com bolsas. Na Bolívia, somente pessoas com boas condições econômicas conseguem finalizar seus estudos, ou optam por uma escola pública ou pagam uma escola privada. Não existe meio termo. Para se ter uma ideia, agora é que estão implantando o sistema de pagar meia em tudo, inclusive no transporte público. Durante a minha juventude frequentei muito a igreja católica, tenho um respeito muito forte com relação à religião. Os jovens respeitam muito pai e mãe... Existe um valor que é intrínseco à sociedade boliviana, com o qual não concordo, que é o machismo. Atualmente, mudou um pouquinho, mas ainda prevalece em muitas famílias e instituições. O machismo é mais intenso em algumas regiões da Bolívia, fazendo uma comparação, é como o nordeste brasileiro, onde o pai é quem decide os rumos dos filhos e da família. A mãe pode até falar alguma coisa, mas quem decide é o pai. Mas pessoas como eu, decididas, que sempre pensam no futuro... Geralmente se faz um acordo entre

todos os integrantes familiares: pai, mãe e filhos sobre o futuro de cada pessoa. Agora, na geração dos antigos, era somente o pai que dava a última palavra... (Entrevista de Jenny Areco *apud* PAES, 2011, pp. 464-465)

Dessa maneira, a narrativa de Jenny Areco aponta para questões interseccionais vivenciadas por mulheres imigrantes, tais como: a formação e o desejo de exercerem uma profissão no país que escolheram para viver; e o esforço para sair dos nichos de trabalho precários em contextos de economia neoliberal.

Além disso, ela destacou aspectos conflituosos das relações de gênero e nas relações heteronormativas frente às estruturas de poder patriarcais instituídas no interior das famílias latino-americanas, tanto na Bolívia quanto no Brasil (Assis; Piscitelli, 2011). Por fim, Jenny ressaltou o sonho de ter autonomia e liberdade de escolhas na vida.

Os meus sonhos são continuar a minha carreira, tirar o certificado de advogada na Bolívia, exercer a minha profissão e continuar a minha vida matrimonial até o fim. Acho que são os dois objetivos mais importantes, além de estar perto de meu pai e de minha família para lutar junto deles. O meu maior desejo no momento é continuar a minha profissão de advocacia e exercê-la, para isso que estudei. Acho que são os três pontos mais importantes para mim: minha família, meu estudo e a educação que carrego comigo. Gostaria de continuar o matrimônio até o fim, mas casamento é algo que não podemos prever. Esses são os meus três pilares. (Entrevista de Jenny Areco *apud* PAES, 2011, pp. 464-465)

Jenny salienta seu anseio por exercer a profissão para a qual estudou em seu país de origem, valorizando sua educação, sua vida familiar e seu casamento. Ela traça essa trajetória ao mesmo tempo em que enxerga dificuldades para as mulheres, expressas nas críticas que fez ao machismo existente nas estruturas das sociedades boliviana e brasileira.

Passando para outra experiência, em um projeto de ensino, pesquisa e extensão realizado entre 2015 e 2016, com a temática de gênero e diversidades na escola, entrevistamos a professora Valdinar Lopes Bezerra (“Val”). Val é uma migrante nordestina e é reconhecida como a primeira professora transexual³ no

³ A conceituação sobre ser uma mulher transsexual é compreendida a partir das concepções de que “Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como próprio de seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens.” (De Jesus, 2012, p.15).

Estado de São Paulo (Bezerra, 2016; Kamensky et. al., 2016; Kamensky, Meihy, 2016; Documentário, 2016).

Em consonância com Jenny, que apontou as dificuldades da mulher para viver em família, estudar e trabalhar numa sociedade patriarcal, Val destaca como a questão de gênero é fundamental em sua existência. Ela explica que o gênero se relaciona diretamente à sua identidade e à forma como seu corpo é visto por ela e pelas outras pessoas.

Sempre trabalhava desgostosa, porque eu sentia uma necessidade do seguinte... a pessoa que faz parte da identidade de gênero não se identifica com o corpo que tem... se identifica com o que é. Então eu vestia roupa de homem, eu tinha que usar, eu tinha que colocar calça jeans, aquelas coisas, mas eu não me identificava, eu achava muito ruim aquilo, eu queria usar roupa de mulher, eu queria ser mulher. Então eu ficava, muito assim, presa a mim. [...] eu quis fazer a diferença, porque eu não via, na parte da educação, transexual, travesti dando aula. Eu só via gays, homens e mulheres, você podia ir pra qualquer atribuição, você não via. [...] E eu nunca neguei na sala de aula que eu sou uma transexual... falo, sou transexual, gostaria de ser respeitada porque eu sou funcionária pública. (Entrevista de Valdinar Lopes Bezerra *apud* KAMENSKY, MEIHY, 2016, p. 45; BEZERRA, 2016)

Em nossas entrevistas, percebemos essas práticas de pedagogia da sexualidade que buscam normatizar e disciplinar performances de gêneros e diversidades sexuais. No entanto, as histórias de vida dessas mulheres trazem também as práticas de resistência, os momentos de enfrentamento, as estratégias de mediação e as conquistas obtidas. Elas se dão em meio a contradições e ambivalências que abrem brechas para questionamentos e transformações.

As entrevistas, portanto, apresentam e são, ao mesmo tempo, embates, problematizações e transformações de preconceitos e discriminações de gênero. Pela fala das entrevistadas, notamos simultaneamente a perplexidade, a resistência e a transformação que ocorrem no confronto com o olhar do outro sobre os nossos corpos. Travessias e mudanças se processam no exercício das performances de gênero e da oralidade cotidiana, revelando formas complexas desses discursos acerca da identidade do outro, ou seja, aquilo que chamamos de práticas de alteridade (Menegotto, Kamensky, 2016).

As histórias de vida de mulheres, numa perspectiva de história oral feminista, nos ajudam, sobretudo, a enfrentar um quadro de aumento da intolerância e da violência. É com essa realidade que nós, professoras, nos

deparamos ao abordar atualmente gênero, sexualidade e relações étnico-raciais em uma perspectiva interseccional.

Os saberes plurais compartilhados nas entrevistas nos levam a questionamentos cruciais sobre o fazer pedagógico:

- Como debater esses temas e experiências em casa, com a família, ou no trabalho, em sala de aula?
- Como aprender ou ensinar algo publicamente?
- Qual ou quais disciplinas ou áreas de conhecimentos são responsáveis por explorar tais temas?
- É possível fazer um trabalho conjunto, inter/transdisciplinar, nos espaços educativos e em outras instituições?
- O que a direção da instituição educacional, colegas de trabalho, pais e mães, e a comunidade irão pensar a respeito? Como irão reagir? (Britzman, 2000).

Em um contexto de reação, surgem as perguntas mais angustiantes: Seremos mais uma vez atacadas? Sobreviveremos?

Essas problematizações corroboram a forma como fomos educadas e ensinadas a pensar nossas vidas e nossos corpos. Ao compartilhar experiências umas com as outras, construindo histórias de vidas feministas, também falamos de uma vivência pessoal, relatamos a nós mesmas, para discutir gênero, sexualidade, ética e violência (Butler, 2015).

Assim, falamos de um processo que era, ou ainda é, considerado apenas parte do que é privado, de foro íntimo, visto que a sexualidade e o corpo não eram discutidos publicamente até bem pouco tempo atrás. Quando escutamos histórias de vida de mulheres, incluindo mulheres trans, percebemos que, na maioria das vezes, nem mesmo no âmbito privado se falava ou se dialogava sobre o gênero, a sexualidade, o corpo, suas mudanças e alterações ao longo da vida.

Mesmo depois de mais de 100 anos do surgimento da psicanálise, esses temas ainda são tabus. Somos mulheres que desconhecem ou não reconhecem as próprias vivências em torno das relações de gênero ou acerca dos nossos corpos e sexualidades. Sem autoconhecimento e sem o saber da nossa história, como

trabalhar tais questões como conteúdos de conhecimentos válidos a serem ensinados e pesquisados em instituições educacionais? Não temos respostas prontas para essas perguntas.

O pesquisador Luiz Paulo Moita Lopes (2008) também apontava, há mais de uma década, que o tema gênero e sexualidade, tão debatido fora da escola ou nos meios de comunicação em geral, ainda era tabu na sala de aula. Segundo ele, dentro dos discursos existentes, essa abordagem estava relegada ao privado, ao mundo íntimo. Lopes argumenta que essa visão é legitimada pela abordagem pedagógica pela qual somos formadas: era como se os corpos dos sujeitos na sala de aula não tivessem desejos e vontades. Eram apenas mentes pensantes, corpos despossuídos de contextos. Fomos formadas para ser e ver estudantes em sala de aula sem sexo, sem raça, sem gênero (Lopes, 2008, pp. 125-126).

Assim, a História Oral feita com mulheres possibilita afirmar novos protagonismos com a multiplicidade de identidades de gênero e sexuais emergentes, mudando esse contexto histórico. Ao escutarmos a fala de alguém como a professora Val, obtemos uma renovada compreensão da realidade sobre gênero e sexualidade.

E eu percebo também que na escola a diversidade está em peso, porque as nossas crianças, nossos jovens, fazem parte da diversidade. Então o que acontece, eu como professora da escola, imagina, aluno chegar pra mim e falar: “Professora, eu me inspirei em você”. “Por quê?” “Porque eu tinha medo de me revelar. E eu me inspirei em você, por você ser uma pessoa batalhadora, você é uma transexual, professora, está aqui, e eu tinha medo. Inclusive o meu pai me batia, brigava comigo, e eu cheguei em casa e falei que a minha professora é uma travesti, ou uma transexual” – porque eles não sabem a diferença entre travesti e transexual – “E porque ela pode estar dentro de uma sala de aula e eu não posso revelar o que eu sou?” [...] Quando eu falo com propriedade... porque às vezes as pessoas falam assim: “Isto é opção!” Não, não, não é opção! Porque eu não vou optar por sofrer! Eu falo pra todo mundo, é condição, a minha condição de identidade de gênero. Tem pessoas que insistem que é opção: “É opção de transexual, né, mas todo mundo tem que respeitar.” Não, não é opção. Opção é quando você opta por alguma coisa, eu tô optando por sofrer... eu opto, eu posso optar hoje... amanhã não posso optar... Condição é uma coisa pro resto da vida. (Entrevista de Valdinar Lopes Bezerra *apud* KAMENSKY, MEIHY, 2016, pp. 46-49; BEZERRA, 2016)

Nesse sentido, compreendemos a relevância em possibilitar falar, conversar, dialogar, registrar e produzir novos discursos de pessoas marginalizadas que nunca foram ouvidas. A partir das experiências vividas e protagonizadas por nós, mulheres, no cotidiano, é possível construir lugares de

fala (Ribeiro, 2017). Dessa forma, disputamos, de certo modo, o poder, ao enfrentar os sistemas simbólicos de dominação estabelecidos, como nos explicou há bastante tempo o filósofo e historiador Michel Foucault:

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas, no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmos-nos: uma vez que o discurso [...] não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos. (Foucault, 2005, p. 2)

Construir e desconstruir discursos é refletir acerca das nossas próprias pesquisas e do trabalho educativo, das relações de poder que travamos umas com as outras quando nos propomos a criar novos conhecimentos históricos, a estabelecer novas relações de gênero e, quiçá, “contratos contrassexuais” (Preciado, 2014).

Ao trazer histórias de vida de mulheres migrantes (como as das nossas famílias), imigrantes e transexuais, nos atrevemos a agir junto a Paul B. Preciado e a todos que buscam subverter as normas de gênero e poder.

Eu me atrevo a dizer quais são os processos de cruzamento que melhor nos permitem compreender a transição política global que estamos enfrentando. A mudança de sexo e a migração são as duas práticas de travessia que, ao porem em xeque a arquitetura política e legal do colonialismo patriarcal, da diferença sexual e do Estado-nação, situam um corpo humano vivo nos limites da cidadania e até do que entendemos por humanidade. O que caracteriza as duas viagens, para além do deslocamento geográfico, linguístico ou corporal, é a transformação radical não só do viajante, mas também da comunidade humana que o acolhe ou rejeita. O antigo regime (político, sexual, ecológico) criminaliza todas as práticas de travessia. Mas onde a travessia é possível, o mapa de uma nova sociedade começa a ser desenhado, com novas formas de produção e de reprodução da vida. (PRECIADO, 2019)

A história de vida de Jenny fala da travessia da imigração e a de Val conta a travessia da transexualidade. Ambas redesenham as relações — de gênero, sociais, culturais, econômicas e políticas — por onde passam, sempre mergulhadas em contradições e ambiguidades.

[...] porque eu acho que na escola... tem que ter pessoas da diversidade dentro da escola, para que as pessoas percebam que elas também têm direito. Elas também vão se policiando, porque a escola é que vai mudar a pessoa. Porque a escola vai trazer conhecimento [...] Eles vêm de um jeito... porque eles estão lá no mundo, eles vêm de um jeito grosseiro, eles falam umas palavras inadequadas, mas a gente vai policiando, vai falando sobre o que é certo, o que é errado. Então eu acho que a oportunidade tem que vir para todos, eu sempre falo para os alunos. [...] E outros alunos, que despertaram a sua sexualidade. Eu percebo, na escola, que os alunos que são muito retraídos, eles já

estão mais soltos. Porque eles me veem... não que eles estão fazendo por minha causa... fazendo por causa da professora Val! Não. É porque ele vê que tem uma força, uma pessoa que vai proteger ele lá dentro. [...] Porque essas crianças que estão vindo, você tem que... você que tem que mudar. E eu sempre falo na escola, eu estou lá para mudar a educação, eu tô lá pra mudar... Eu chego lá com meus alunos, abraço, eles me beijam, eles falam que eu sou a melhor professora, eu não vejo aquele xingamento. No começo, como eu já falei pra vocês, no primeiro dia, quando ainda não conheço a escola, sempre vai ter aquele xingamento, aquela coisa, mas eles vão conhecendo você e eles mesmo falam... E os projetos que eu vou desenvolvendo com os outros professores que também me ajudam... Porque eu acho que projeto não é só uma pessoa que faz, tem que ser todo mundo na sala de aula, a escola tem que fazer o projeto. Até aqueles outros que são homofóbicos incubados (tem os enrustidos na escola), eles também vão entrar no projeto. Porque eu faço um *bafon* tão grande na escola, que eles terminam entrando no projeto. E aí eles vão percebendo. Porque eu acho que os professores, a nova geração, eles têm que vir pra isso, pra não deixar essas coisas acontecerem. (Entrevista de Valdinar Lopes Bezerra *apud* KAMENSKY, MEIHY, 2016, p. 54-55; BEZERRA, 2016)

As entrevistas com Jenny e Val partem da oralidade e chegam à internet por meio de trabalhos de pesquisa *online* em PDFs, *e-books* ou recursos audiovisuais, atingindo milhares de visualizações. A sociedade dos indivíduos em rede, que informa em tempo real o que acontece simultaneamente pelo mundo, rompe com a visão de que algumas narrativas e lugares são centrais e outros periféricos. Isso ocorre porque ela cria novos centros e novas periferias a cada minuto, num fluxo ininterrupto de mudanças.

Nesse contexto, identidades e subjetividades se diluem e se recompõem. Questiona-se e reformula-se o tempo em que uma pessoa nascia marcada por uma definição de identidade de gênero aparentemente imutável e essencializada. Essa definição dependia da associação direta do gênero com o sexo biológico — mais precisamente a genitália —, considerada própria de um homem ou de uma mulher, de acordo com as visões estabelecidas pela biologia e pela medicina modernas.

Essa mesma pessoa que, na chamada modernidade, convivia em uma família estável, trabalhava em um emprego por longo tempo ou toda a vida, possuía a mesma religião desde o nascimento ou participava de apenas um grupo político e/ou cultural, atualmente transita em sua existência por vários grupos, comunidades e instituições. Essa fluidez destrói e reconstitui sentidos de pertencimento, de localização e, por fim, de identificação.

As histórias de vida revelam pessoas e sujeitos — mulheres plurais — que demonstram comportamentos expressivos variados, complexos e simultâneos. Isto

é, elas exibem *performances* diferentes em múltiplos grupos em um mesmo dia, que dirá ao longo de toda a sua existência. Suas identidades deixam de ser fixas e homogêneas, deparando-se constantemente com a diversidade cultural em suas trajetórias e nas das pessoas com quem se relacionam nas instituições familiares, educacionais, religiosas, culturais e do mundo do trabalho.

A identidade de gênero e a sexual podem variar durante toda a vida de uma pessoa, não podendo mais ser associadas a um atributo apenas físico e biológico definido pela natureza. Falamos em feminilidades e masculinidades constantemente performatizadas, isto é, exercidas como comportamentos expressivos para definir quem são para si e para outras pessoas (Butler, 2002, 2003). A fragmentação, a diversidade e a pluralidade do mundo são contínuas e presentes, e, por vezes, não há tempo para que se reconheçam as riquezas e os conflitos advindos das inúmeras diferenças que criam e recriam a heterogeneidade e a complexidade infinita do universo humano. Diante disso, algumas pessoas afirmam como nunca: o que nos torna iguais é exatamente a capacidade de sermos tão diferentes como seres humanos.

Para muitas estudiosas feministas, as teorias modernas explicavam a realidade com esquemas de análise homogêneos, que eliminavam as diferenças e a complexidade. Isso chegou a legitimar desigualdades, justificar o colonialismo, o sexismo e o racismo, e a defender a civilização e a cultura ocidentais como superiores às outras. Tal visão ocasionou guerras mundiais, genocídios, extermínios, exclusões e violências explícitas e/ou simbólicas entre grupos humanos, eventos que ainda estão em curso (Hollanda, 2019).

A história oral feminista nos possibilita a desconstrução da história oficial eurocêntrica e patriarcal porque é, também, uma prática constante de crítica na encruzilhada dos discursos que produzimos sobre o mundo. Essa abordagem busca explicitar *como, quando, por que e por quem* esses discursos são construídos.

Essa operação favorece a relativização de narrativas que se apresentam como a única verdade possível sobre o real complexo e multifacetado. Ela propõe a crítica incessante às relações de poder que se estabelecem quando fazemos a

nossa própria cultura e dizemos o que consideramos ser verdadeiro para nós, o que não será, necessariamente, legítimo e apreciado por todas as pessoas.

Ao questionar e pluralizar tais representações, podemos levar à problematização de verdades autoritárias e inquestionáveis, promovendo assim a emancipação de sujeitos e grupos. É o que ocorreu nos processos de descolonização e na emergência do pensamento decolonial e feminista. Portanto, a história oral também diz respeito a uma crítica radical à heteronormatividade, em que as configurações de gênero e de sexualidade eram definidas como apenas heterossexuais, binárias, fechadas, opostas e fixas, entre um polo masculino e outro feminino.

Parte dos povos colonizados, dos movimentos feministas, pós-feministas e LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, etc.) relativizou, desconstruiu e, desse modo, criticou e derrubou uma série de discursos políticos, econômicos, culturais, das ciências e das artes, que afirmavam a superioridade dos colonizadores ou do gênero masculino heterossexual (Butler, 2003; Hollanda, 2019; Hooks, 2020).

Entretanto, grande parte dos conhecimentos já considerados tradicionais sobre gênero, embora em processo de desconstrução, ainda faz parte do senso comum e possui forte aplicabilidade no cotidiano, seja nas políticas públicas ou na organização do trabalho. Esses conhecimentos mantêm e reforçam desigualdades históricas, prejudicando milhões de pessoas de identidades de gênero e orientações sexuais que divergem da masculina heterossexual dominante.

O próprio desenvolvimento social na modernidade tornou a vida e a organização social mais complexas, reforçando a necessidade da produção e aplicação de novos conhecimentos no cotidiano, sobretudo sobre as questões de gênero e sexualidade, revistas e reviradas desde as últimas décadas do século XX (Foucault, 2006). Dessa forma, as hierarquizações de identidades étnico-raciais, de gênero e sexuais não são compreendidas como únicas. Elas são profundamente criticadas e, em alguns casos, francamente criminalizadas, impulsionadas pelos avanços dos movimentos sociais feministas e LGBTQIAPN+ na luta por direitos civis.

Essa explosão de visibilidade permite o surgimento de novas histórias de vida e renova os olhares acerca de trabalhos anteriores sobre mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres faveladas, mulheres sem-terra, mulheres imigrantes e migrantes, mulheres prostitutas, mulheres e o HIV/AIDS, mulheres educadoras, intelectuais e, sim, militantes (Meihy, 1991, 1994, 1996, 2004, 2012, 2015; Santos, 1996; Santos, Ribeiro, Meihy, 1998; Osman, 2007; Paes, 2011, 2018; Maciel, 2013; Kamensky, Meihy, 2016; Salles, Kamensky, 2021).

Essas são performances de gênero que antes eram marginais e invisíveis. O espaço-tempo aberto pela cultura digital e pelas práticas do universo cibercultural é totalmente transpassado pelas identificações sexuais e de gênero em disputa, o que as desnaturaliza e as corporifica (Butler, 2000, 2003).

Ainda assim, o discurso hegemônico persiste: as falas e representações cotidianamente afirmadas e reafirmadas institucionalmente e na mídia são, em ampla maioria, heteronormativas, machistas, racistas, xenofóbicas, homofóbicas, lesbofóbicas, bifóbicas e transfóbicas. Mulheres são tratadas e representadas como objetos sexuais, sejam elas hetero, homo ou bissexuais. Lésbicas, *gays*, transgêneros e travestis são tratados como anormais, doentes, desviantes, disfuncionais ou, no mínimo, exóticos. Acreditamos que a história oral feminista, a partir da perspectiva de gênero e interseccionalidade, e suas entrevistas com histórias de vida de mulheres e mulheres trans podem contestar esse trágico panorama de representações em discursos e narrativas preconceituosos e hegemônicos.

Nós vivemos e somos a mudança, por meio de velhas e novas pesquisas que criam fontes orais existentes e futuras, acompanhadas por renovadas críticas e autocríticas, novos questionamentos e inúmeras proposições. Essa prática desestabiliza aquilo que mal tínhamos tomado conhecimento, nos apropriado e estabelecido como saber pertinente sobre a nossa história, nosso corpo e nosso mundo.

Jenny e Val, em seus relatos, nos ensinaram sobre história e feminismo também ao afirmarem o desejo de serem respeitadas e felizes. Em que pese todas as estruturas adversas de uma sociedade patriarcal descrita em detalhes, Jenny

vibra: “eu quero ser feliz!” E Val ressalta a urgência de ter sua identidade e sua história reconhecidas. A oralidade destas mulheres é, portanto, um ato radical de autoafirmação e transformação social.

[...] eu estou aqui porque eu posso. [...] também eu aprendi muita coisa, muita experiência de muita gente, essas experiências. Eu aprendi também a falar em público. [...] [...] essa oportunidade de me expressar melhor, e de ouvir também, os depoimentos que eu ouvi. [...] E eu estou pra brilhar... estou pra incomodar também, viu, gente? (Entrevista de Valdinar Lopes Bezerra *apud* KAMENSKY, MEIHY, 2016, p. 60; BEZERRA, 2016)

Assim como a história das mulheres entrevistadas, lutamos diariamente contra as opressões que nos rodeiam e nos adoecem, compreendendo a importância do ato de se expressar, de ouvir, de compreender, de brilhar e de incomodar. Fazemos isso com o poder de nossa presença e da produção de novos saberes compartilhados por meio da história oral. Esse campo de estudos permitiu que compreendêssemos o valor da experiência, da memória, do “perigo de uma história única”, da polifonia da história, da potência das narrativas e da importância do ato de escutar, de “ouvir todas as histórias que puder. Todas” (Ribeiro, Kamensky, 2018; Meihy, 2018).

Quando esse campo de produção de conhecimento da história oral se junta à crítica situada dos estudos de gênero e das histórias das mulheres, percebemos que “Mulheres’ é, na verdade, uma categoria instável [...] esta instabilidade tem um fundamento histórico, e [...] o feminismo é o terreno de lutas sistemáticas em torno daquela instabilidade”. A autora continua: “Não é apenas que existam diferentes tipos de mulher reunidos sob o termo, mas também que a identidade coletiva tem significados diferentes em épocas diferentes” (Scott, 2025, p. 25). Enfatizamos, assim, a potência política e a dimensão ética inerentes ao pesquisarmos as histórias das mulheres, visibilizando a diversidade de suas histórias e memórias.

Considerações finais

O percurso desse trabalho priorizou as experiências de mulheres — uma mulher trans e uma mulher migrante latino-americana — e as relações de gênero

tecidas a partir da história oral. Percebemos que as experiências, assim como as memórias de mulheres e mulheres trans, deslocam o sentido único sobre os acontecimentos históricos e explicitam os efeitos de gênero ao longo das trajetórias dos sujeitos e na própria produção do conhecimento histórico.

Compreendemos, assim, que a história de vida é dinâmica ao ser atravessada por elementos da cultura, da sociedade e dos contextos situados de cada sujeito. Por meio dessas experiências de vida, é possível perceber a relação entre a micro e a macro-história. Além disso, a partir das narrativas, percebemos os aspectos que formam as relações de pertencimento que moldam as identidades, assim como a notória importância dos papéis de gênero assumidos e desconstruídos nas trajetórias individuais dos sujeitos e sujeitas.

A importância de se trabalhar com a história de vida de mulheres reside na "recuperação da memória feminina", e na necessidade de compreender os processos de resistência à hegemonia dos discursos de poder. Isso permite que sejam identificadas as contradições, ambivalências e dicotomias das representações históricas construídas no passado — e que são reificadas e desconstruídas — no presente.

As memórias e as ambivalências dos sujeitos inserem as mulheres num processo de retomada de consciência, permitindo a conexão entre o sujeito coletivo e sua relação com os processos históricos. Trabalhar as memórias a partir de uma perspectiva de gênero cria condições para que o próprio sujeito construa uma crítica à negação de suas identidades dentro de um quadro historiográfico universal, patriarcal e eurocentrado (Tedeschi, 2004).

É crucial, deste modo, entender os diferentes vieses sobre as relações de gênero vividas no passado, principalmente para tensionar os modelos analíticos que congelam os papéis sociais construídos na História e que conectaram a história das mulheres à natureza, ao espaço da casa, aos cuidados dos filhos e maridos. Quando um sujeito se apropria da sua própria história, a crítica e a análise do passado podem assumir camadas a serem desconstruídas na história do tempo presente a partir de suas performances de gênero. Assim, historicidade, temporalidade e memória se entrelaçam na trama histórica da vida dos sujeitos.

Referências

Assis, Glaucia de Oliveira; Piscitelli, Adriana; Olivar, José Miguel Nieto. (ORG.). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, SP : UNICAMP/PAGU, 2011. -- (Coleção Encontros).

BEZERRA, Valdinar Lopes. *Série Direitos Humanos, Gênero e Diversidade na Escola*. [Entrevista de história de vida para videoaulas] Direção: Andrea Paula S. O. Kamensky, Brasil, 2016, 1h33min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7neqJLc0jUQ>. Acesso em: 7 jul. 2022.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURGOS, Elizabeth. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1985.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, pp. 61-82.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. São Paulo: Autêntica, 2015.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Brasil 1964-19??*. *Memórias do exílio. 1. de muitos caminhos*. São Paulo: Livramento, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017. ISSN 2317-4919. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 7 jul. 2022.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Tereza P.; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina R. (orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero. Revista Estudos Feministas, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Relações Raciais, 1. edição. Ação Educativa. 2012. Disponível em:

<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*, v. 2, p. 42, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia* 2. 5 vols., 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2012.

É UMA MENSAGEM muito simples. *Série Direitos Humanos, Gênero e Diversidade na Escola*. [Documentário]. Direção: Andrea Paula S. O. Kamensky, Brasil, 2016 (101min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sawk0gTbYQw> Acesso em: 7 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9. ed., São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber. O uso dos prazeres. O cuidado de si*. 4 volumes. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1993.

LOPES, Luiz Paula Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria *queer*. In: MOREIRA, Antonio Flávio e CANDAU, Vera Maria (orgs.). *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 125-148.

KAMENSKY, Andrea Paula dos Santos Oliveira *et al* (orgs.). *Série Direitos Humanos, gênero e diversidades na escola*. 12 volumes. São Paulo: MEC/UFABC/Ed. Pontocom, 2016. Disponível em: <https://cursos.ufabc.edu.br/digitalplural/direitos-humanos-genero-e-diversidade-na-escola/materiais-didaticos/livros/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

KAMENSKY, Andrea Paula dos Santos Oliveira; MEIHY, José Carlos Sebe Bom (orgs.). *Olhares e escutas: história oral e audiovisual das experiências de quem educa na periferia de São Paulo*. São Paulo: MEC/UFABC/Ed. Pontocom, 2016. Disponível em: <https://cursos.ufabc.edu.br/digitalplural/direitos-humanos-genero-e-diversidade-na-escola/materiais-didaticos/livros/1248-2/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

LOPES, Luiz Paula Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria *queer*. In: MOREIRA, Antonio Flávio e CANDAU, Vera Maria (orgs.). *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 125-148.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, pp. 4-24.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: *Proposições*, v. 19, n. 2 (56) maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *Queer* - Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis. Ano 9, 2. semestre 2001, p. 541-553. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MACIEL, Márcia Nunes. *O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia*. Manaus (AM): Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA), 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá*. História oral de vida. São Paulo: Loyola, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert. M. *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)Introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Brasil fora de si*. Experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Augusto e Lea: um caso de (des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Gostaria de ouvir todas as histórias que puder. Todas. [Entrevista cedida a] RIBEIRO, Suzana L. S.; KAMENSKY, Andrea Paula S. O.

RIDPHE_R Revista Ibero-americana do Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas (SP), v. 4, n. 2, p. 220-235, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9793/5147>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5. ed., São Paulo: Loyola, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

MENEGOTTO, Carla Adriana; KAMENSKY, Andrea Paula S. O. *Saberes plurais: interdisciplinaridade e diversidades na cultura escolar e no cotidiano*. 1. ed. São Paulo: Editora Pontocom, 2016, pp. 189-208. Disponível em: <https://cursos.ufabc.edu.br/digitalplural/direitos-humanos-genero-e-diversidade-na-escola/materiais-didaticos/livros/saberes-plurais-interdisciplinaridade-e-diversidades-na-cultura-escolar-e-no-cotidiano/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

OSMAN, Samira Adel. Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida. Orientador: José Carlos Sebe Bom Meihy. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05112007-133744/pt-br.php> Acesso em: 7 jul. 2022.

PAES, Vanessa Generoso. *Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil*. Orientador: José Carlos Sebe Bom Meihy. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27042012-124331/en.php>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PAES, Vanessa Generoso. *Fronteiras políticas em movimento-dilemas e tendências de novos fluxos imigratórios em São Paulo: trabalho, gênero e direitos*. Orientador: José

Carlos Sebe Bom Meihy. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14092018-174651/en.php>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo (SP): Editora Horizonte, 2013. pp. 55-79.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N1-Editora, 2014.

PRECIADO, Paul B. Ser 'trans' é cruzar uma fronteira política. In: *El País*. 10 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/09/cultura/1554804743_132497.html. Acesso em: 7 jul. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina¹. *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana;

GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis (SC): Ed. Mulheres, 1998, p. 3. Disponível em: https://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALLES, Paula; KAMENSKY, Andrea Paula S. O. Paula: Histórias de vida de mulheres nas vidas de mulheres historiadoras feministas. In: ROVAI, Marta G. O. (org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. Teresina (PI): Ed. Cancioneiro, 2021, p. 293-310.

SANTOS, Andrea Paula dos. *Ponto de Vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Andrea Paula dos; RIBEIRO, Suzana L. S.; MEIHY, José Carlos S. B. *Vozes da marcha pela terra*. São Paulo: Loyola, 1998.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre (RS), v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. pp. 71-99. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/download/71721/40667/0>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. *Revista Projeto História*, São Paulo (SP), n. 45, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. *A fantasia da história feminista* [livro eletrônico] / Joan Wallach Scott ; [tradução Elisa Nazarian]. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Autêntica Editora, 2024. (Coleção História & Historiografia, v. 26) ePub

SPIVAK, Gaiatry Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres. Dourados-MS : UFGD, 2014.

VIEZZER, Moema. *“Se alguém quiser saber...”*. As mulheres da República Dominicana. Tradução: Maria Angélica Trajber. São Paulo: Global, 1982.

VIEZZER, Moema. *“Se me deixam falar...”*. Domitila. 15. ed. São Paulo: Global, 1990.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Recebido em dezembro 2025

Aprovado em janeiro de 2026.